



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Capitalismo Retardatório e Pulsão Golpista: um Ensaio sobre a Miséria Brasileira

Giovanni Alves

Como citar: ALVES, G. Capitalismo Retardatório e Pulsão Golpista: um Ensaio sobre a Miséria Brasileira. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 201-218.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p201-218>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPITALISMO RETARDATÁRIO E PULSÃO GOLPISTA: UM ENSAIO SOBRE A MISÉRIA BRASILEIRA

Giovanni ALVES

*“Nessa casa, os morto é que comanda os vivo”
“A gente é que nem os boi: roda, roda e nunca sai do lugar”¹*

O processo de ruptura da institucionalidade democrática ocorrida no Brasil em 2016 é a culminação do longo movimento histórico de reação às políticas dos governos neodesenvolvimentistas desde que Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002. Quando assumiu a Presidência da República, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a ser alvo de ofensivas de setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Do Mensalão à Operação Lava-Jato, presenciamos o espírito perfomático do *golpismo* na articulação do Poder Judiciário com a Grande Mídia hegemônica, declaradamente anti-PT e vinculada à direita neoliberal (PSDB). Enquanto vivíamos numa conjuntura de crescimento da economia brasileira por conta do ciclo de valorização das *commodities* e crescimento espetacular da China (2003-2010), o Presidente Lula manteve a coalização política da *governabilidade* no Congresso Nacional. Naquela conjuntura histórica, o lulismo como reformismo de baixa intensidade, tinha sua eficácia política.

¹ Abril despedaçado (2001), Direção: Walter Salles Jr.

Renegou a luta de classes e criou o mito do progresso social sem atentar contra a ordem oligarquica. Portanto, enquanto vigorou o presidencialismo de coalização (PT-PMDB) nas condições históricas do crescimento da economia com inclusão social, o projeto neodesenvolvimentista sustentou-se, iludindo-se com o *reformismo fraco* e a conciliação de classe do lulismo Paz e Amor. Apesar de ter *espírito*, o movimento do *golpe* como pulsão histórica não adquiriu *corpo*. Lula conseguiu se reeleger em 2006; e eleger a sucessora Dilma Rousseff em 2010. O lulismo, signo contraditório da política do neodesenvolvimentismo, demonstrou ainda possuir fôlego para reeleger Dilma Rousseff em 2014. Mas o tempo histórico mudou.

A ressaca da crise do capitalismo global de 2008/2009, depois da profunda crise financeira que abateu o modo de produção capitalista no núcleo orgânico do sistema do capital (EUA, União Européia e Japão); e depois, se disseminou pelo sistema-mundo (os ditos “países emergentes”), alterou a conjuntura da economia na década de 2010. O ofensiva neoliberal assumiu uma dimensão global. Na União Europeia, as políticas de austeridade neoliberal demonstraram que o capital financeiro possui capacidade política para dobrar governos – inclusive governos socialistas (por exemplo, François Holland, na França e Alexis Tsipras, na Grécia).

A Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, iniciou seu governo numa conjuntura de crise da economia global. Com a desaceleração da China, esgotou-se o ciclo das *commodities*. Em dez anos de neodesenvolvimentismo, o Brasil, por conta da apreciação cambial herdada da gestão Henrique Meireles no Ministério da Fazenda do primeiro governo Lula (2003-2006), tornou-se uma economia desindustrializada e de pauta exportadora baseada em *commodities* (agronegócio, mineração e petróleo). A persistência da crise da União Europeia, a desaceleração brusca da China e a queda dos preços das *commodities*, em um cenário de profunda crise do capitalismo global, colocaram imensas dificuldades para o projeto neodesenvolvimentista brasileiro na primeira metade da década de 2010, principalmente no plano fiscal da gestão pública, expondo, deste modo, os limites do neodesenvolvimentismo.

A Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, demonstrou ser pouco afeita à negociação política. Mulher dura na conversação com o público e com aliados da direita do PMDB, mas corajosa na intencionalidade política,

começou seu primeiro governo adotando políticas de confronto com setores rentistas que constituíam o núcleo duro do bloco do poder do Estado neoliberal no Brasil. Foi a gota d'água. Por exemplo, em 2012, Dilma reduziu a taxa básica de juros da economia (Selic) e sinalizou com gastos públicos. Com Guido Mantega no Ministério da Fazenda, Dilma prosseguiu a política anticíclica adotada pelo governo Lula em 2009-2010, verdadeiro terror para os economistas neoliberais que cultuam a Responsabilidade Fiscal. Entretanto, como salientamos acima, a conjuntura mundial era outra: a desaceleração da China e o fim dos ciclos de *commodities* debilitaram as finanças públicas, impondo limites às políticas anticíclicas adotadas pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega em 2009, que transformaram a crise financeira de 2008 no Brasil apenas uma “marolinha”.

Num cenário de desaceleração da economia brasileira, aumento da inflação e juros em queda, a burguesia brasileira, de espinha-dorsal predominantemente rentista, especulativa e parasitária, exigiu, nos bastidores do Palácio do Planalto, em 2012, mudanças na gestão da economia. Os empresários unidos em torno da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) e Federação dos Bancos Brasileiros (FEBRABAN) pleiteavam naquele momento, mudanças drásticas na política econômica: redução de gastos públicos, cortes em Programas Sociais, redução de direitos trabalhistas e aumento dos juros para combater inflação. Era a pauta-bomba da burguesia brasileira para sair da crise do capitalismo brasileiro. Enfim, a burguesia brasileira, rentista no seu âmago oligárquico, lançou no centro do palco do neodeenvolvimentismo, num cenário de aprofundamento da crise, a luta de classes. Entretanto, como “animais políticos”, Dilma e Lula se recusaram a promover, de imediato, a virada neoliberal da economia às vésperas das eleições de 2014, pois obviamente seria um suicídio político. A conciliação de classes tinha limites. Mas, logo após vencer as eleições de 2014, Dilma Rousseff, pressionada pelo imperativo da governabilidade e visando acalmar o bloco de poder neoliberal no seio do Estado brasileiro, indicou para Ministro da Fazenda, o neoliberal ortodoxo Joaquim Lévy, homem do Bradesco, e que fizera parte da equipe de Henrique Meirelles no primeiro governo Lula, com o objetivo de promover o ajuste fiscal. Entretanto, o tempo histórico era outro – não estávamos em 2003, mas sim em 2013; o “núcleo duro” da grande burguesia brasileira, imbuída de

consciência de classe oligárquica, verdadeiros donos do Poder, decidiu não mais querer o PT no governo.

Em 2013, o bloco de poder da República, incrustado no Estado neoliberal, forma histórica do Estado político do capital, que acolheu durante dez anos os governos neodesenvolvimentistas, rearticulou-se, deliberando *não* querer mais a Presidência da República sob o comando do PT. O economista Márcio Pochmann sintetizou numa frase, a tragédia do lulismo: “Os ricos não nos querem mais”. *Golpear* o PT no governo e na sociedade civil foi uma decisão suprema das oligarquias que compõem o bloco de poder no Brasil; e que historicamente controlam há séculos, o sistema de produção e reprodução social (industriais, financistas, os donos da Mídia e o Poder Judiciário); e o sistema de representação política (o sistema político oligárquico).

Desde a derrota de Lula da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 1989, a direita brasileira – a direita ideológica neoliberal (PSDB e DEM); e a centro-direita fisiológica e mafiosa, representada pelo PMDB e partidos-satélites (que representavam, há pouco, a base aliada do Palácio do Planalto como avalistas da governabilidade) – voltou a se articular como partido-guardião da ordem oligárquica no Brasil, os verdadeiros donos do Poder. De fato, a partir do ano de 2013, começou o corrosão e fratura da base de sustentação política do governo do PT no Congresso Nacional. Para começar, ocorreu o rompimento do PSB, que lançou candidato próprio nas eleições à Presidência da República (Eduardo Campos); e, aos poucos, verificamos o afastamento progressivo de parlamentares do PMDB da base governista. Por exemplo, depois das jornadas de julho de 2013, Dilma propôs a Reforma Política, incomodando o PMDB, partido do vice-presidente da República, Michel Temer.

Na verdade, ocorreu, pouco a pouco, um processo de cooptação da *centro-direita fisiológica e mafiosa* do PMDB e partidos-satélites, que compunham a base aliada do governo, pela *direita ideológica neoliberal* (PSDB e DEM), que comandava, na época, a Operação Lava-Jato, operação judicial sucessora do Mensalão no STF; e também a ofensiva midiática da Grande Imprensa, tendo como articuladora-mor, a TV Globo. Depois de conquistar a *sociedade civil*, com o poder midiático (de)formando e manipulando a opinião pública, a direita ideológica neoliberal conquistou

enfim, a *sociedade política* (o Congresso Nacional) e o *aparelho de Estado* (o Poder Judiciário, PGR, MPF e PF). A “guerra de posição”, conduzida pela direita ideológica neoliberal, teve mais eficácia política no momento histórico da crise da economia brasileira – sem desprezar também os flagrantes erros táticos do governo Dilma no xadrez político. Parafraseando Lula, diríamos que “nunca na história desse país” um governo errou tanto em tão pouco tempo (indicações desastrosas para pastas ministeriais, adoção de ajuste fiscal neoliberal rompendo com o discurso de campanha da candidadta Dilma, inoperância do Ministro da Justiça no âmbito dos vazamentos da Operação Lava-Jato pela Polícia Federal, etc).

Portanto, o ano de 2013 foi o *annus horribilis* dos governos neodesenvolvimentistas. O calor das manifestações de massa expôs os limites do neodesenvolvimentismo; e fez o “ovo da serpente” quebrar-se; e de lá saíram as víboras do fascismo social e político que se disseminaram pelo país. Foi pura ilusão (ou idiotia política) vangloriar as jornadas de junho de 2013 como fez certa esquerda revolucionária. Naquele momento histórico de disputa na sociedade civil, a direita ideológica neoliberal comandou a pauta das ruas; e lançou efetivamente a cruzada dos “coxinhas”, a classe média indignada e inquieta, que culpou o governo Dilma e o PT pela corrupção no país. Foi assim que, ensaiou-se em 2013, a rearticulação do *bloco de poder oligárquico* capaz de implodir a arquitetura política do lulismo.

A trágica vitória de Dilma em 2014 – vitória de Pirro – ocorreu sob a crise profunda da institucionalidade política e imensas dificuldades na economia brasileira, provocadas pelo boicote de investidores e pela ofensiva midiática, disseminando o caos. Havia uma perfeita orquestração do golpismo. O governo e o PT, paralisados e assim tudo, bestificados. Naquele momento, fechou-se o cerco ao projeto do neodesenvolvimentismo pelas “víboras” da oligarquia do país, que encontraram a oportunidade histórica decisiva para realizar em pleno século XXI, a pulsão *golpista* que caracteriza a miséria da política brasileira. A derrota inesperada da direita neoliberal, representada pelo PSDB em 2014, acirrou os ânimos da reação conservadora. Mas o verdadeiro *golpe* foi a eleição da maioria política conservadora e reacionária no Congresso Nacional, sob a liderança do PMDB e aliados do Deputado Eduardo Cunha. Naquele momento, o *espírito golpista* encontrou o *corpo político* monstruoso – verdadeiro Frankenstein – da

maioria política conduzida por Eduardo Cunha no Congresso Nacional. Em torno de si, Eduardo Cunha, com a conivência ativa do vice-presidente Michel Temer, construiu uma maioria política, em sua maior parte indiciados por corrupção, dispostos a romper com a base de sustentação do governo, e se compor pragmaticamente com a direita ideológica neoliberal, tábua de salvação de *bandidos e canalhas* da República oligárquica.

Da articulação política que deu *corpo* ao *espírito reacionário* da oposição neoliberal, surgiu a ambição do PMDB e seus cálculos políticos. Os *capi* do PMDB, encurralado pelas investigações da Operação Lava-Jato, viram-se pressionados, no jogo do toma-lá-dá-cá da política brasileira, a sedimentar *a articulação sinistra da Direita neoliberal com a Direita fisiológica e corrupta*. Era ironicamente, a “ponte para o futuro” – título do Programa reacionário do PMDB renascido como força de oposição ao governo do PT. No senso do oportunismo, a constelação mafiosa do PMDB e os partidos-satélites foram obrigados a aderir ao golpe almejado pela oposição ideológica neoliberal em troca da impunidade de seus *capi*, verdadeira quadrilha que tomou de assalto o Palácio do Planalto (Vice-presidente Michel Temer, Senador Renan Calheiros e Deputado Eduardo Cunha, todos indiciados por corrupção). A articulação golpista visando esturpar a Constituição Federal foi realizada às claras, *dentro do aparelho de Estado brasileiro*, contando inclusive com a conivência ativa e passiva do Supremo Tribunal Federal (STF). Enfim, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, e inclusive a Polícia Federal, tornaram-se instâncias de desestabilização ao *statu quo* do governo Dilma. A conspiração corria às claras na Triste República.

Enfim, a Operação Lava-Jato, na pessoa do Juiz Sérgio Moro, teve a gloriosa função histórica de ser o *ariete de provocação* para que a direita fisiológica e mafiosa, incrustada no PMDB e partidos-satélites, se aliasse pragmaticamente, com a direita ideológica neoliberal, compondo, deste modo, a maioria política sob a condução do Deputado Eduardo Cunha (PMDB), árbitro da paralisia política do governo Dilma. Com a plena aprovação dos supostos guardiães da Constituição Federal (os Ministros do STF), a maioria política de direita no Congresso Nacional teve “sinal verde” para encaminhar um processo de *impeachment* da Presidência da República, processo de impedimento espúrio no mérito, tendo em vista que, ele *não* possuiu fundamento

jurídico, na medida em que a Presidenta da República *não* cometeu crime de responsabilidade. Mais uma vez, como em 1964, o STF colaborou com o estupro da Constituição Federal da qual diz ser guardião. Esta é a natureza do *golpe* de 2016 – juridico-parlamentar e midiático.

Quando em 2011, a atual embaixadora norte-americana no Brasil, Liliana Ayalde declarou “Ter amigos na Suprema Corte é ouro puro”, ela sinalizou a nova estratégia imperial para controlar o processo político nas sociedades democráticas. Antes, a subversão da ordem democrática ocorria utilizando um componente do aparelho de Estado (as Forças Armadas); hoje, é o Poder Judiciário, um dos Poderes da República. A mídia e a mobilização nas ruas ou mesmo o parlamento, por si só, não seriam suficientes para consumir o Golpe. Enfim, a CIA adequou sua estratégia de luta às novas condições históricas do capitalismo manipulatório. A ideologia do Direito tornou-se uma poderosa arma em sociedades complexas em que a luta de classes se agudiza. O fenômeno da judicialização das relações sociais e da própria política encontra como complemento manipulatório, a politização da Justiça. Mas não é uma politização qualquer, e sim a politização encoberta pela excepcionalidade hermenêutica da Moralidade togada. Tal como a Mídia manipula a Notícia, o Ministro do Supremo manipula a Lei de acordo com a conveniência do *status quo*. Por isso não interessa democratizar o Poder Judiciário. Nem os Meios de Comunicação de Massa. Eles precisam ser permeáveis às forças da oligarquia dominante. Consumado, o Golpe de 2016 no Brasil, que teve como experimento preliminar o Golpe paraguaio, tornou-se um interessante objeto de estudo da ciência política, verdadeira lição histórica sobre como deve atuar o imperialismo quando não consegue depor pelo voto governos indesejáveis para Washington.

O novo arco do poder (a aliança política PMDB-PSDB) significou o grande feito histórico da República oligárquica que ressurgiu das cinzas do lulismo, que acreditou construir um projeto de inclusão social num país de *pulsão histórica golpista*. Como Caixa de Pandora, o lulismo disseminou na sociedade brasileira, o inadmissível na ordem oligárquica: a cultura dos direitos sociais, não apenas do povo brasileiro que trabalha, mas das minorias e maiorias discriminadas: mulheres, negros, pobres, homossexuais e transexuais. O desnudamento do Estado neoliberal, oculto desde o governo FHC, expôs de modo candente, a imoralidade da miséria

política brasileira. O signo contraditório do lulismo foi sustentar governos neodesenvolvimentistas comprometidos com a inclusão social no interior do Estado neoliberal. A reação do bloco de poder burguês, incrustado no Estado neoliberal, adquiriu maior proporção nas condições de crise da economia brasileira em 2013, tornando-se fulminante, tanto no plano da sociedade civil, quanto no plano da sociedade política.

Por exemplo, na sociedade política, o *espírito golpista* adquiriu um *corpo monstruoso* na maioria política do Congresso Nacional, eleito em 2014, com uma composição reacionária e conservadora, e que escolheu o Deputado Eduardo Cunha para presidí-lo. O *sistema político* arcaico permitiu que grandes empresas financiassem candidatos comprometidos com a espoliação do fundo público e dos direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Na *sociedade civil*, o espírito golpista assumiu seu corpo monstruoso nos movimentos sociais de direita, tal como o MBL (Movimento Brasil Livre), que, financiado por grandes empresários, articulou-se com ruralistas e evangélicos para defender pautas neoliberais, reacionais e conservadoras. As “víboras” da reação conservadora se multiplicaram pela sociedade civil. O discurso do ódio de classe assumiu dimensões inéditas na história do Brasil. O Partido da Imprensa Golpista (PIG), tendo como vanguarda midiática a TV Globo, utilizou-se do discurso de combate sensacionalista à corrupção, seduzindo uma “classe média” historicamente idiota na política, e liberal na visão de mundo, e que, com a crise da economia brasileira, proletarizou-se em suas condições de vida e trabalho, atribuindo, como “bode expiatório” da sua desgraça existencial, Dilma e o corrupto PT. A irracionalidade social foi engendrada no seio da miséria espiritual do neodesenvolvimentismo. A inquietação social das camadas médias, seduzidas pelo discurso liberal anticorrupção, pavimentou o caminho da reação golpista da direita ideológica neoliberal, articulada no plano internacional com a ofensiva imperialista de derrubar governos “populistas” na América Latina contrários à política externa de Washington. Enfim, a *pulsão golpista* no Brasil possui um vínculo orgânico com a cadeia secular de dominação imperialista na América Latina.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DA MISÉRIA POLÍTICA NO BRASIL

O que expomos acima foi o mundo da contingência política da Triste República brasileira. *As raízes profundas da reação conservadora e reacionária estão na incapacidade candente do projeto político do PT de romper com o Estado neoliberal de cariz oligárquico-político, herdado dos governos neoliberais e da Ditadura Militar.* Tanto os militares, quantos os governos Collor e FHC, apenas atualizaram a *tara oligárquico-político do Estado brasileiro*, dando-lhe um verniz moderno. O Estado democrático de Direito da Constituição-Cidadã de 1988 foi mais um promessa de civilização que uma realidade efetiva de um sistema político deformado historicamente pelo clientelismo e corrupção dos financiamentos privados para campanhas políticas. A Reforma do Estado de 1998 no governo FHC, não tinha como objetivo democratizar o Estado brasileiro, mas sim, modernizá-lo de acordo com a lógica gerencial. A democratização do Estado brasileiro *não* era um valor para governos neoliberais, mais preocupados com gerencialismo e Responsabilidade Fiscal. Entretanto, existe uma *razão histórica* de fundo que explica o *novo golpe* de 2016: a vigência histórica na sociedade brasileira daquilo que podemos denominar de “pulsão histórica do *golpismo*” que caracteriza, de modo particular, a miséria política secular do capitalismo retardatário brasileiro.

Em primeiro lugar, a pulsão histórica do *golpismo* na política brasileira visa deter a entrada em cena do povo brasileiro no palco da história da Nação. É um traço indelével da tradição histórica oligárquica que marca a política brasileira. A pulsão histórica do *golpismo* na política brasileira está arraigada profundamente na alma dos “donos do Poder”, como diria Raymndo Faoro. O Brasil é um país de capitalismo retardatário, com industrialização hipertardia e formação colonial-escravista de via prussiana. A burguesia brasileira, ontogeneticamente oligárquica, nunca colocou para si o Projeto de Nação ou inclusão social dos pobres e miseráveis na economia de mercado e no Estado democrático com direitos sociais – o que expõe a estupidez política (ou ingenuidade medíocre) da conciliação de classe de cariz social-democrata assumida pela direção hegemônica do PT. Os ricos nunca iriam romper, *de modo republicano*, com o passado oligárquico. A *pulsão golpista* contra governos democrático-populares iria se manifestar, mais cedo ou mais tarde. Eis a nosso lastro histórico que teimamos

em esquecer, mas cujo passado persiste em voltar, tal como o *espectro* que persegue Hamlet na peça clássica de William Shakespeare.

O Brasil nasceu em 21 de abril de 1500. Nasceu com a modernidade histórica do capital, incluindo-se, desse modo, naquela época, no circuito do capitalismo comercial como produtor de *commodities*. Exportávamos o Pau-Brasil. Portugal massacrou os povos indígenas, escravizando-os, e depois incorporou-os à produção de mercadorias da *plantation*. Entretanto, a inadaptação indígena ao trabalho escravo, levou os colonizadores da Metrópole a trazerem escravos da África. A colonização de Portugal era uma máquina burocrática de espoliar recursos naturais do Brasil, principalmente o ouro das Minas Gerais. No século XVIII, Portugal foi um império colonial decadente, politicamente subordinado ao Império Inglês. A Inglaterra, Rainha dos Mares, foi o país capitalista que deu origem à Revolução Industrial. O ouro extraído das Minas Gerais financiou a Revolução Industrial na Inglaterra. A sanha colonizadora de Portugal reprimiu com morte qualquer movimento de independência política do Brasil. Inspirado nas revoluções burguesas na França e nos Estados Unidos da América, o alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes –, conspirou nas Minas Gerais contra a opressão portuguesa. Foi traído e condenado à morte, tendo seu corpo esquartejado e as partes do corpo distribuídas pelas cidades das Minas Gerais para desestimular movimentos insurrecionais contra a dominação portuguesa.

Em 1810, Napoleão Bonaparte fez com que o Rei de Portugal, D. João VI, viesse com a família real e a corte portuguesa para o Brasil, criando laços com a vasta Colônia. Foi preciso um conflito familiar no seio do poder dinástico de Portugal para que o Brasil fosse declarado independente em 7 de setembro de 1822. D. Pedro I, que tinha ficado no Rio de Janeiro após D. João VI e a Corte portuguesa terem retornado para Portugal, proclamou a Independência do Brasil e outorgou a primeira Constituição Brasileira em 1824. O audacioso Príncipe do Brasil incomodou as oligarquias brasileiras, os proprietários dos latifúndios, os donos do Brasil. Eles queriam limitar os poderes do imperador. O vasto território brasileiro era um território de oligarquias regionais, latifundiários e chefes políticos locais, que não aceitavam a intromissão do Poder Central no Rio de Janeiro, capital do Império. O primeiro reinado de D. Pedro I foi tu-

multuado por revoltas regionais, lutas políticas internas. Pressionado pelas oligarquias, que comandavam a insatisfação popular, D. Pedro I renuncia e vai para Portugal, deixando como herdeiro do Trono brasileiro, o filho pequeno de 5 anos, Dom Pedro II, tutelado por José Bonifácio, homem de confiança das oligarquias. D. Pedro II tornou-se homem de confiança do Poder oligárquico, político medíocre, que se manteve como Imperador enquanto consentisse com a ordem oligárquico-escravista.

O Brasil como Nação Imperial nasceu amesquinhado pelo escravismo, modo de trabalho no Brasil em pleno século XIX; e pela visão paroquial dos interesses locais. A Lei de Terras de 1850 impediu o acesso à propriedade de terra pela vasta população de homens livres, obrigados a permanecer à sombra das oligarquias locais. Homens livres, padres, comerciantes, juízes, bacharéis e afins, tinham como ambição visceral, frequentar o alpendre ou a sala de estar da Casa Grande; se tivessem sorte, podiam se casar com a filha do latifundiário. O terror das “camadas médias” de homens livres, brasileiros que se encontravam entre os escravos e indígenas, e os proprietários latifundiários, era pertencer à *Senzala*. O anseio ontogenético da “classe média” brasileira foi adentrar à Casa Grande. Aos poucos, sedimentou-se no Brasil, uma estrutura de classes rígida, caracterizada pela concentração da propriedade em imensos latifúndios em torno da qual girava o simulacro de *sociedade civil e sociedade política* – isto é, o próprio Estado brasileiro. Os donos do Poder, latifundiários nunca tiveram visão da *coisa pública*. O Estado brasileiro nasceu patrimonialista, tutelado pelos proprietários latifundiários, industriais, financistas, comerciantes e oligarquias políticas em torno da qual circulavam a burocracia pública, a Igreja Católica e os intelectuais tradicionais. Enfim, os intelectuais de cultura bacharelesca e provinciana, a classe média tradicional vivia à sombra do Poder, dando legitimidade político-ideológica e jurídica à ordem oligárquica.

No século XIX, o Estado brasileiro, tal como o povo brasileiro, era cativo dos donos das terras, fazendeiros que possuíam o mando local e o poder de vida e morte nas localidades. O Brasil era um país agrário. A abolição da escravatura não ocorreu por motivos humanitários, mas sim por razões contábeis – manter escravos dava mais prejuízo que lucro aos donos da Casa Grande. A Proclamação da República em 1889 ocorreu devido à crise da economia escravista e a inapetência do Império em administrar a

velha ordem oligárquico-burguesa. Entretanto, tal como a Independência do Brasil, o povo assistiu bestificado à Proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que manteve intacto o sistema de poder oligárquico local. Como diria Tomasso di Lampedusa na obra-prima “O Leopardo”, “*tudo deve mudar para que tudo fique como está*”.

A República Velha, fundada em 1889, teve um verniz liberal-conservador. Entretanto, o liberalismo no Brasil sempre foi um liberalismo “fora de lugar”. A República Velha, das oligarquias de Minas e São Paulo revezando-se no Poder, durou até 1930. A crise da economia capitalista de 1929 abalou a economia cafeeira no Brasil e provocou a crise das estruturas do poder político oligárquico. A insatisfação com a ordem oligárquica da República Velha cresceu na década de 1920. O movimento tenentista, imbuído do idealismo modernizador em pleno século XX, estava na vanguarda da luta pela Nova República. A massa do povo, “capado e recapado”, como diria Capistrano de Abreu, mais uma vez, assistiu bestificado as movimentação de luta das “camadas médias”, insatisfeitas e inquietas com as velhas oligarquias locais. O Brasil era um país capitalista onde fazendeiros urbanizados tinham se tornado burgueses industriais, que preservavam o espírito da Casa Grande. Embora tivessem libertado os escravos em 1888, o imaginário oligárquico da burguesia brasileira discriminava e temia o povo brasileiro. Para eles, o Brasil *não* era uma Nação, mas uma imensa Senzala onde não se admitiam direitos sociais. A democracia sem povo era o ideal oligárquico do liberalismo “fora de lugar”.

Na República Velha (1889-1930), nunca tivemos democracia política. Democracia nunca foi considerada um valor civilizatório pelas elites burguesas e agrárias no Brasil. A democracia política reduzia-se ao ritual de sucessão presidencial, sendo composta por instituições republicanas alienadas do povo brasileiro. A *res publica* no Brasil odiava o povo brasileiro. O *cinismo* era o *ethos* sentimental das elites oligárquicas brasileiras. As instituições republicanas eram apenas “para inglês ver”. O sistema de poder oligárquico mantinha o controle e a repressão violenta de movimentos sociais de massa que ousassem colocar no palco da história, a vontade política do povo brasileiro. Com a Revolução de 1930, alterou-se o *modus operandi* da política brasileira, com a entrada em cena do *Estado forte* na pessoa de Getúlio Vargas, oligarca esclarecido, que cumpriu aquilo que o governador

Antonio Carlos proclamou: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. O novo agente social, o Estado-Leviatã, o *projeto* (sempre inacabado) de Estado-Nação, conciliador e modernizador, fazia a mediação do controle oligárquico, incluindo nele, o controle da burocracia político-estatal, representante do novo espírito da modernidade urbano-industrial no Brasil.

A modernidade brasileira começou com Getúlio Vargas na década de 1930, chefe político da oligarquia gaúcha de visão nacionalista. Vargas representou o *zeitgeist* do tempo histórico no Brasil. Diante da débil burguesia brasileira, amesquinhada em sua cultura oligárquica de cariz escravista, Vargas vislumbrou a função histórica do Estado forte para industrializar o arremedo de Nação. Mas Vargas era um espírito conciliador. Não pretendia romper com o sistema oligárquico. Na verdade, Getúlio Vargas preservou a ordem oligárquica, dando-lhe um lugar na modernidade possível do capitalista retardatário brasileiro. O Estado forte seria o “representante” pelo alto, dos interesses em si, do proletariado urbano industrial ascendente politicamente e das novas camadas médias que cresceram com a urbanização. Era preciso tutelar o proletariado, para evitar que ele se autoconstituísse como sujeito histórico de classe. A seu modo, Getúlio Vargas operou a “revolução passiva” (Gramsci), atualizando a frase de Tomaso de Lampedusa em um patamar civilizatório superior: “*tudo deve mudar para que tudo fique como está*”. Entretanto, Vargas foi além, pois criou o Estado como um novo Leviatã, um novo agente social centralizador, capaz de impulsionar a modernização brasileira, fazendo o que a burguesia mediocre e acanhada, descompromissada com o projeto de nação moderna, era incapaz de fazer. Assim, o Estado Varguista, como agente da modernização capitalista, operou como um substitutivo à classe burguesa, sendo, ao mesmo tempo, mediador dos interesses das frações da burguesia brasileira e latifundiários. Vargas fez a mediação da nova ordem oligárquica, demarcando um lugar para os direitos trabalhistas do proletariado urbano (CLT), mas *não* no campo, *loci* do poder oligárquico agrário; e investindo no desenvolvimento industrial da Nação. Getúlio Vargas evitou enfrentar as oligarquias da terra, mas “conciliou pelo alto” para preservar o projeto de Nação capitalista à la brasileira.

Entretanto, em 1950, o Projeto de Nação de Vargas, nasceu trágico, pois não interessava mais às oligarquias industriais, financeiras e

agrárias, aliadas do imperialismo norte-americano no plano geopolítico, apoiá-lo. O projeto populista que idealizava um Estado forte, de vies nacionalista, com apoio popular, incomodava profundamente a burguesia liberal de cariz oligárquico. Esse projeto de inclusão social dos pobres “cheirava a povo”. Esta burguesia liberal, politicamente *golpista* por natureza, representada pela UDN, exercia naquela época, tal como hoje, hegemonia cultural sobre as “classes médias” tradicionais, e inclusive novas classes médias, com o discurso de combate à corrupção. Como dissemos acima, o *cinismo* é o *ethos* sentimental do burguês brasileiro, *citoyen* aburguesado que combate a corrupção, mas sustenta a ordem oligárquica secular, corrompida pelo patrimonialismo dos donos do Poder e do Dinheiro.

Enfim, a política no Brasil sempre teve a dimensão farsesca. O Brasil é um país de tradição política *golpista*, lastro político originário do mandonismo do poder local oligárquico. O *golpismo*, como o autoritarismo, é um ingrediente visceral da cultura política e social brasileira. Faz parte da pulsão histórica da política brasileira, em que oligarquias políticas regionais se perpetuam no campo e na cidade, atualizando a estrutura de classe e o poder político de extração colonial-escravista. O golpismo é o *modus operandi* da política oligárquica que o republicanismo do PT não conseguiu decifrar. Foi devorado pelo Estado neoliberal oligárquico-burguês. Há séculos, à sombra do poder oligárquico, viviam e vivem os homens livres e as camadas médias, políticos, intelectuais e bacharéis, juizes e jornalistas a serviço dos donos do Poder e do Dinheiro.

Portanto, a tradição *golpista* no Brasil pode ser considerada a expressão performática do poder oligárquico que se mantém intacto no Brasil desde a Colônia e o Império. Na verdade, a Revolução de 1930 não alterou a estrutura fundiária que sustentava as oligarquias regionais, e nem suprimiu os donos do Poder oriundos do Império e República Velha. No pós-guerra, o populismo incomodou a tradição histórica autocrático-oligárquica da política brasileira. Após a 2.^a Guerra Mundial, animada pela Guerra Fria, a pulsão histórica do golpismo no Brasil foi ativada pelo avanço do populismo, com a classe operária ascendente e o povo brasileiro exigindo entrar na cena histórica rompendo com o mandonismo local. Getúlio Vargas, apoiado pelos trabalhistas, e Goulart, pelos trabalhistas e comunistas, inquietavam o sistema político oligárquico brasileiro, que

mantinha laços com os liberais conservadores do PSD e os liberais reacionários da UDN. Era para ter ocorrido o Golpe Militar em 1954, mas ele foi adiado devido o suicídio de Vargas. Ele ocorreu dez anos depois, com a deposição de João Goulart em 1964. Consumou-se a *pulsão golpista* e o sistema oligárquico representado no Estado autocrático-burguês militar-bonapartista vigorou por vinte anos (1964-1984).

A democratização da sociedade e do Estado brasileiro, abortada em 1964, renasceu em 1988 com a promessa da Constituição-Cidadã. Mas a redemocratização, concertada e transada com os militares e as oligarquias políticas, incorporou a *dimensão farsesca* do capitalismo retardatário no Brasil, sendo a Constituição Federal de 1988 – essa que se quer abolir com o golpe de 2016 – a promessa civilizatória que nasceu da condensação material da luta de classes da década de 1980 e que, tragicamente – como tudo neste país – nunca se cumpriu efetivamente. Enfim, o sistema político do Estado brasileiro criou dispositivos de auto-preservação do espírito oligárquico na República lastreada na materialidade social e histórica da concentração fundiária e do poder acumulado da burguesia financeiro-industrial com seu sistema Midiático hegemônico, formador de opinião pública e manipulação social. O bloco de poder oligárquico-burguês incrustado no Estado brasileiro impediu a efetiva democratização da sociedade brasileira. Na década de 1990, às vésperas do século XXI, as oligarquias regionais continuavam fazendo o jogo da política institucional. Por exemplo, Antonio Carlos Magalhães, no PFL, aliado do PSDB; e José Sarney do PMDB, partido da centro-direita fisiológica e corrompida, eram – e ainda são – peças imprescindíveis para a vigência do sistema político oligárquico brasileiro. A redemocratização brasileira foi uma *farsa* – farsa cínica e grotesca – que deixou intacto no âmago da pulsão histórica brasileira, o *golpismo* das oligarquias políticas, elite política e social, proprietárias de terras, indústrias e bancos. A nova lógica do capitalismo neoliberal apenas atualiza, de modo grotesco, a tragédia histórica brasileira. Portanto, o Estado neoliberal, constituído a partir de 1990, com Collor e FHC, foi uma mera atualização histórica do Estado oligárquico-político que caracterizou a República Federativa do Brasil. Os governos neodesenvolvimentistas não ousaram suprimi-lo, reformá-lo, mas apenas modernizá-lo. O PT conviveu, cultivou e iludiu-se com o Franksenstein da Casa-Grande. A

pulsão golpista das elites políticas burguesas no Brasil foi preservada como o Fantasma da Ópera da Triste República dos Trópicos.

2 AS LEIS HISTÓRICAS DA MISÉRIA BRASILEIRA

Diante da longa narrativa histórica do Brasil, podemos a título de conclusão, e a partir do caráter heurístico dado pela crise política e social do governo Dilma, impedida inconstitucionalmente, vítima do golpe político-jurídico de 2016, podemos expor de modo sintético o que consideramos como sendo as três leis históricas da *pulsão reacionária* que comanda o metabolismo político e social da história brasileira. A reposição em 2016, com vigor inaudito do *espírito golpista* da burguesia brasileira (industrial, financeira e agrária), aliada à “classe média” liberal, conservadora e rentista, incrustada no aparelho de Estado, obrigou-nos a refletir de modo crítico, sobre a miséria política brasileira. O projeto neodesenvolvimentista de inclusão social, desde que o ex-operário sindicalista Luís Inácio Lula da Silva chegou ao Palácio do Planalto, incomodou a lógica oligárquica brasileira, que quis preservar a ordem social, cultural e política da Casa Grande. Apesar dos apelos do lulismo, os ricos nunca aceitaram Lula e suas criações políticas que “cheiravam a povo”. O lulismo libertou de modo inadvertido forças sociais que a burguesia brasileira e sua “classe média”, cativa da miséria oligárquica, nunca aceitaram. No Brasil, o espectro do passado colonial-escravista, oligárquico-político, comanda os vivos, repondo, em nome do *ethos* senhorial, arrogante, cínico e golpista, a miséria política brasileira, que se traduziu nas leis históricas da *pulsão reacionária* que dilacera a Triste República brasileira:

1. Como capitalismo retardatário de extração colonial-escravista, capitalismo de via prussiana e formação social oligárquica, o Brasil está condenado *a repor historicamente o arcaico* tal como o espírito dos mortos comandando os vivos.
2. O *arcaico* da pulsão golpista e do *ethos* senhorial no Brasil, *ethos* arrogante e cínico das elites burguesas da Casa Grande, *articula-se sempre com o moderno da civilização do capital*, principalmente hoje em sua etapa de capitalismo global.
3. O pêndulo histórico no Brasil opera um movimento sinistro entre a *tragédia* e a *farsa*. Como disse o velho Marx no “18 Brumário de Luis

Bonaparte”, “a história se repete, primeiro, como tragédia e depois, como farsa”. Entretanto, nas condições do apodrecimento das promessas civilizatórias da ordem burguesa hipertardia no Brasil, a *farsa* da história brasileira adquiriu em pleno século XXI, a dimensão do *grotesco*. Como País do Futuro da civilização sem futuro do capital, o Brasil é um território privilegiado do capitalismo global no século XXI, pois nele encontramos a síntese plena da tragédia civilizatória como *farsa grotesca*.

Estas *leis históricas* nos aprisionam, constituindo a *miséria brasileira*. A tarefa política para romper com nosso destino histórico é a luta plena e intensa pela *democratização radical do Estado brasileiro*. Esta deve ser a tarefa política da esquerda brasileira. Entretanto, a esquerda brasileira herdou a miséria oligárquica da Triste República dos Trópicos: por um lado, a esquerda liberal-social do PT, nunca se habilitou efetivamente para romper com o Estado neoliberal; pelo contrário, procurou se acomodar no interior dele, visando um “lugar ao sol” na ordem oligárquica. Por outro lado, uma certa esquerda socialista, teleologicamente revolucionária, incapaz de entender o território nacional-popular, desprezou o *valor da democratização radical* como tarefa política para o caminho para o socialismo, mantendo-se higienicamente distante do Estado brasileiro e das disputas institucionais, desconhecendo seu complexo territorial pantanoso e sinuoso, sem problematizá-lo como “montanha que se deve conquistar” (Mészáros). Esta esquerda socialista, com uma visão *restrita* de Estado, restringiu-se às lutas sociais e populares, mitificando-as; e tornando-se, ao mesmo tempo, incapaz de hegemonia social e cultural, desprezou a luta política no sentido da democratização do aparelho do Estado. Nesse caso, a miséria política significou a disputa pela Presidência da República ou o parlamento. Faltou a *virtu* da hegemonia cultural deixada à mercê da mídia oligárquica que imbeciliza o povo brasileiro. Enfim, concluindo, podemos dizer que o Brasil é um país de capitalismo hipertardio que nunca possuiu uma burguesia comprometida com projeto de Nação. Talvez alguns burgueses esclarecidos, mas nunca uma burguesia como classe ou fração de classe efetivamente comprometida com a democratização radical. A democratização radical deve ser tarefa de um governo popular-democrático que consiga acumular forças sociais para o enfrentamento social, político e cultural no interior do Estado como condensação material da correlação de

forças sociais e de classes. Temos hoje um longo percurso histórico que não permite mais nos iludirmos com a Casa Grande, sob pena de repetirmos o passado. O único interessado no projeto de Nação é o *povo brasileiro*, alvo de intensa manipulação social que visa bloqueá-lo como sujeito histórico em si e para si. O problema do Brasil não é o *déficit democrático*, mas sim a *equação sinistra* do atraso político que nos condena às leis históricas da pulsão golpista da miséria brasileira.